

Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial para o exercício findo em
31 de dezembro de 2014.**

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota <u>explicativa</u>	2014
CIRCULANTE		<u>12.964.933</u>
Disponibilidades	5	2.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	<u>288.700</u>
Aplicações no mercado aberto		288.700
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>2.868.063</u>
Carteira própria		934.069
Vinculados a operações compromissadas		10.741
Vinculados à prestação de garantias		1.691.169
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	232.084
Relações interfinanceiras		<u>6.304</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		1.555
Créditos vinculados - Correspondentes		4.746
Operações de crédito		<u>977.762</u>
Operações de crédito - setor privado	9.b	1.101.025
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(123.263)
Operações de arrendamento mercantil	10	<u>4.536</u>
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		256.478
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		34.603
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(254.707)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(33.801)
Adiantamentos a fornecedores		3.730
Rendas a apropriar de taxa de compromisso de arrendamento		(69)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(1.698)
Outros créditos		<u>8.788.745</u>
Carteira de câmbio	12	8.738.643
Rendas a receber		976
Negociação e intermediação de valores	8	3
Diversos	13.a	54.725
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(5.602)
Outros valores e bens		<u>28.622</u>
Outros valores e bens		4.755
Despesas antecipadas	14	23.867

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.808.516
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>529.645</u>
Vinculados à prestação de garantias		169.029
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	360.616
Operações de crédito		<u>840.037</u>
Operações de crédito - setor privado	9.b	875.015
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(34.978)
Operações de arrendamento mercantil	10	<u>-</u>
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		388.416
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		21.348
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		(388.416)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(21.348)
Outros créditos		<u>3.417.750</u>
Carteira de câmbio	12	3.179.059
Diversos	13.a	238.691
Outros valores e bens		<u>21.084</u>
Outros valores e bens		63
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(63)
Despesas antecipadas	14	21.084
PERMANENTE		<u>748.922</u>
Investimentos		<u>15.596</u>
Participações em controladas	16	15.536
Outros investimentos		119
Provisão para perdas		(59)
Imobilizado de uso		<u>18.111</u>
Imóveis de uso		207
Reavaliação de imóveis de uso		804
Outras imobilizações de uso		51.530
Gastos em imóveis de terceiros		623
Depreciações acumuladas		(34.609)
Amortizações de gastos em imóveis de terceiros		(444)
Imobilizado de arrendamento	10	<u>713.908</u>
Bens arrendados		1.155.922
Superveniências de depreciações		72.518
Perdas de arrendamento a amortizar		12.276
Depreciações acumuladas		(523.201)
Amortização de perdas de arrendamento		(3.607)
Diferido		<u>1.074</u>
Gastos de organização e expansão		2.679
Amortização acumulada		(1.605)
Intangível		<u>233</u>
Outros ativos intangíveis		429
Amortização acumulada de outros intangíveis		(196)
TOTAL DO ATIVO		<u><u>18.522.371</u></u>

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014
PASSIVO		
CIRCULANTE		13.143.234
Depósitos	17	245.248
Depósitos à vista		15.254
Depósitos a prazo		229.994
Captações no mercado aberto		10.740
Carteira própria		10.740
Relações interfinanceiras		665
Recebimentos e pagamentos a liquidar		4
Correspondentes		661
Relações interdependências		8.010
Recursos em trânsito de terceiros		8.009
Transferência interna de recursos		1
Obrigações por empréstimos e repasses	18	3.984.933
Empréstimos no País		8.900
Empréstimos no exterior		3.976.033
Instrumentos financeiros derivativos		363.934
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	363.934
Outras obrigações		8.529.704
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		404
Carteira de câmbio	12	8.207.159
Fiscais e previdenciárias	13.b	71.911
Negociação e intermediação de valores	8	146.151
Diversas	13.c	104.079
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.317.715
Depósitos	17	65.977
Depósitos a prazo		65.977
Obrigações por empréstimos e repasses	18	386.856
Empréstimos no País		7.773
Empréstimos no exterior		361.612
Repasses do País - FINAME		17.471
Instrumentos financeiros derivativos		193.363
Instrumentos financeiros derivativos	7.e	193.363
Outras obrigações		3.671.519
Carteira de câmbio		3.224.072
Fiscais e previdenciárias	13.b	267.264
Diversas	13.c	180.1833

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	19	<u>32.601</u>
Resultado de exercícios futuros		32.601
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	<u>1.028.821</u>
Capital social		2.374.923
Reserva de capital		4.119
Reserva de reavaliação		211
Ajustes de avaliação patrimonial		2.066
Prejuízos acumulados		(1.352.498)
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>18.522.371</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Consolidado	
		2º semestre	dez/14
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.447.789	1.701.343
Operações de crédito		339.914	666.227
Operações de arrendamento mercantil		180.236	321.468
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		202.537	343.000
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		725.102	370.648
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.215.326)	(1.222.252)
Operações de captações no mercado		(19.733)	(50.646)
Operações de arrendamento mercantil		(133.434)	(249.888)
Operações de empréstimos e repasses		(951.859)	(765.328)
Resultado de operações com câmbio		(51.855)	(30.520)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(59.919)	(126.660)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		1.474	790
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		232.463	479.091
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(251.500)	(467.623)
Receitas de prestação de serviços		13.354	22.785
Rendas de tarifas bancárias		7.442	17.184
Resultado de participações em controladas	16	(3.872)	(5.525)
Despesas de pessoal		(62.039)	(119.750)
Outras despesas administrativas	23	(148.588)	(302.862)
Despesas tributárias		(14.344)	(29.949)
Outras receitas operacionais	24	52.403	93.779
Outras despesas operacionais	25	(95.856)	(143.285)
RESULTADO OPERACIONAL		(19.037)	11.468
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(53)	911
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(19.090)	12.379
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	11.244	(1.593)
Provisão para imposto de renda corrente		(28.568)	(39.056)
Provisão para contribuição social corrente		(19.258)	(25.956)
IRCS diferido		59.070	63.419
LUCRO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(7.846)	10.786
LUCRO/(PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(9,60)	13,20

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>2.374.923</u>	<u>-</u>	<u>2.897</u>	<u>231</u>	<u>(9.908)</u>	<u>(1.363.316)</u>	<u>1.004.827</u>
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	-	32	32
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	1.222	-	-	-	1.222
Reservas de reavaliação		-	-	-	(20)	-	-	(20)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	11.974	-	11.974
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.786	10.786
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>2.374.923</u>	<u>-</u>	<u>4.119</u>	<u>211</u>	<u>2.066</u>	<u>(1.352.498)</u>	<u>1.028.821</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		2.374.923	-	3.374	221	(4.509)	(1.344.668)	1.029.341
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	-	16	16
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	745	-	-	-	745
Reservas de reavaliação		-	-	-	(10)	-	-	(10)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	6.575	-	6.575
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	-	(7.846)	(7.846)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>2.374.923</u>	<u>-</u>	<u>4.119</u>	<u>211</u>	<u>2.066</u>	<u>(1.352.498)</u>	<u>1.028.821</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E
SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	2º semestre	dez/14
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício	(7.846)	10.786
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	<u>298.109</u>	<u>238.020</u>
Depreciações e amortizações	62.367	148.144
Superveniência de depreciação	(14.280)	(21.339)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	49.921	105.269
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(1.475)	(790)
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	126	-
Reversão para créditos cedidos com coobrigação	(1)	(14)
Constituição de provisão para riscos	9.998	21.391
Impostos diferidos	(59.070)	(63.419)
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(54)	(46)
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	239.383	29.699
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	6.584	11.989
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações	745	1.222
Baixa por obsolescência	2	413
Perda na venda de imobilizado	(10)	(24)
Resultado de participação em controladas	3.872	5.525
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	<u>290.263</u>	<u>248.806</u>
Variação de ativos e obrigações	<u>31.650</u>	<u>(541.660)</u>
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	12.918	-
Redução em títulos e valores mobiliários	(1.045.477)	(814.865)
Redução em operações de arrendamento mercantil	(5.171)	(4.493)
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências	7.661	7.328
Aumento (redução) em operações de crédito	(1.080)	69.304
Redução em outros créditos	(7.080.950)	(5.550.705)
Aumento em despesa antecipada	2.071	9.055
Aumento em outros valores e bens	1.081	1.670
Aumento (redução) em depósitos	18.381	(431.657)
Redução no mercado aberto	(86.052)	(5.258)
Redução em Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	(106.016)
Aumento em obrigações por empréstimos	765.883	1.305.087
Aumento em outras obrigações	7.425.911	5.334.933
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	18.925	(351.263)
Redução em resultados de exercícios futuros	(2.451)	(4.780)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	<u>321.913</u>	<u>(292.854)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.887)	(8.668)
Alienação de bens não de uso	-	941
Alienação de imobilizado de uso	209	285
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(191.060)	(382.672)
Alienação de imobilizado de arrendamento	81.948	133.105
Aquisição de diferido	-	(717)
Alienação de diferido	44	44
Aquisição de intangível	(48)	(241)
Alienação de intangível	-	67
Caixa líquido investido nas atividades de investimento	<u>(110.794)</u>	<u>(257.856)</u>
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	211.119	(550.710)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	79.782	841.611
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5 <u>290.901</u>	<u>290.901</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco” ou “Institui o”), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas opera es têm a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As capta es do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das capta es das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador.

O SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, foi constituído em novembro de 2013 com a emissão inicial de 10.000 cotas e investimento de R\$ 1.000. O fundo foi constituído como fundo exclusivo do Banco Société Générale Brasil S.A. que é o seu gestor. A administra o do Fundo é efetuada pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo do Fundo é aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas e características, sem o compromisso de concentra o em nenhum ativo ou fator de risco em especial.

O controle societário do Banco Cacique S.A. continuará sendo detido, integralmente, pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem em 2014 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e o SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil)   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es.

As demonstra es contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determina es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com

as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

A Administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Diferentemente das demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, no conglomerado prudencial foi incluído, na consolidação, o fundo exclusivo SG SD Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, conforme determina o Art.9º da Circular nº 3.701 e Art.4º da Resolução 4.280 que determina que devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas todos os fundos de investimento nas quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Foram excluídas do conglomerado prudencial, as participações societárias indiretas, as quais tiveram seu valor de investimento eliminado contra a correspondente participação no patrimônio líquido da investidora, em atendimento ao Art. 8º I da Circular nº. 3.701:

<u>Controlada</u>	<u>Participação</u>
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	99,9960%
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	0,1000%
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	100,0000%

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços .

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A

superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos

- As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e
- Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível

No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., o qual em dezembro de 2012 foi reconhecida perda integral do valor recuperável.

No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro do exercício tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%.

u) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de

futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

v) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

x) Pagamento baseado em a es

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios é definido pela Alta Administra o do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio.

Essas unidades garantem que a exposi o não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposi o e eventuais excessos   Alta Administra o. A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas

de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades	2.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>288.700</u>
Total	<u><u>290.901</u></u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	A vencer até 3 meses	Total
	<u> </u>	<u> </u>
Aplicações no mercado aberto	288.700	288.700
Total	<u>288.700</u>	<u>288.700</u>

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	933.670	934.069
Títulos para negociação:	750.870	751.337
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	133.463	133.485
Letras do Tesouro Nacional - LTN	559.606	559.121
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.043	5.973
Debêntures	52.718	52.718
Certificado de Depósito Bancário	40	40
Títulos disponíveis para venda:	182.800	182.732
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.440	49.435
Letras do Tesouro Nacional - LTN	133.360	133.297
Vinculados a operações compromissadas:	10.741	10.741
Títulos disponíveis para venda:	10.741	10.741
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.741	10.741
Vinculados à prestação de garantias:	1.867.527	1.860.198
Títulos para negociação:	1.677.235	1.675.946
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	648.048	648.129
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.025.446	1.023.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.741	4.736
Títulos disponíveis para venda:	190.292	184.252
Letras do Tesouro Nacional - LTN	187.023	180.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.269	3.269
Total	2.811.938	2.805.008

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	63.450	63.445	(5)	2	(3)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	320.384	314.280	(6.104)	2.442	(3.662)
Total	383.834	377.725	(6.109)	2.444	(3.665)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente.

c) Composição por prazo de vencimento

	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	2.427.283	156.430	2.583.713
A vencer entre 3 e 12 meses	-	44.488	44.488
A vencer entre 1 e 3 anos	-	120.875	120.875
A vencer entre 3 e 5 anos	-	55.932	55.932
Total	<u>2.427.283</u>	<u>377.725</u>	<u>2.805.008</u>

d) Composição por emissor

Títulos para negociação	<u>2.427.283</u>
Públicos	<u>2.374.525</u>
Governo Federal	2.374.525
Privado	<u>52.758</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>377.725</u>
Públicos	<u>377.725</u>
Governo Federal	<u>377.725</u>
Total	<u>2.805.008</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Swaps e NDF's	Valor de referência			
	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
ATIVO ABI BB X CDI	17.850	17.850	(839)	(1.252)
ATIVO CA FP X CDI	16.046	16.046	520	(1.175)
ATIVO IYR X PRÉ	34.383	34.383	788	3.275
ATIVO S&PPRÉ 0%	130.148	130.148	12.442	12.209
CDI X ATIVO ABI BB	17.850	17.850	110	480
CDI X ATIVO CA FP	16.046	16.046	(890)	746
CDI X ATIVO ITUB 4	8.794	8.794	(159)	26
CDI X CESTA DE AÇÕES	31.648	31.648	(639)	3.455
CDI X EURO	119.072	119.072	(10.570)	(7.201)
CDI X PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	50.000	50.000	173	1.659
CESTA DE AÇÕES X CDI	11.785	11.785	930	(626)
CESTA DE AÇÕES X PRÉ	263.804	263.804	15.927	37.146
CESTA DE ATIVOS X PRÉ	44.200	44.200	(993)	(1.445)
COROA SUECA (NDF)	377	377	8	13
COROA NORUEGUESA (NDF)	777	777	89	106
DÓLAR (NDF)	2.186.263	2.186.263	420	10.427
DÓLAR X CDI (FLUXO DE CAIXA)	250.000	250.000	120.864	139.195
DÓLAR X FRANCO (FLUXO DE CAIXA)	192.988	192.988	57.279	57.683
DÓLAR X FRANCO	288.896	288.896	5.975	5.043
DÓLAR X LIBOR (FLUXO DE CAIXA)	329.459	329.459	(1.134)	5.627
DÓLAR X PRÉ	27.043	27.043	2.295	4.703
DÓLAR X PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	27.163	27.163	11.251	12.178
EURO (NDF)	4.907.367	4.907.367	(9.486)	24.021
EURIBOR X EURO ECB	238.736	238.736	(20)	90
FRANCO (NDF)	1.462	1.462	11	17
FRANCO X DÓLAR	208.918	208.918	(63.298)	(58.752)
LIBOR X DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	329.459	329.459	1.156	(5.511)
LIBRA (NDF)	70.796	70.796	(11.182)	(11.314)
PRÉ X ATIVO IYR	34.400	34.400	(784)	(528)
PRÉ X ATIVO S&P	67.191	67.191	(2.095)	(7.120)
PRÉ X CESTA DE AÇÕES	263.804	263.804	(15.895)	(37.146)
PRÉ X CESTA DE ATIVOS	44.200	44.200	987	1.445
PRÉ X DÓLAR	355.398	355.398	(40.910)	(43.517)
PRÉ X DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	190.023	190.023	(7.636)	(7.372)
PRÉ X EURIBOR	119.072	119.072	(10.539)	(6.282)
YEN (NDF)	61	61	(1)	1
TOTAL	10.895.479	10.895.479	54.155	130.304

<u>Opções flexíveis</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Prêmios a receber (pagar)</u>
Compra de opção de compra	27.951	1.193
Venda de opção de compra	21.794	(5.609)
Compra de opção de compra	21.794	4.416
Compra de opção de venda	125.366	1.037
Total	<u>196.905</u>	<u>1.037</u>

<u>Opções listadas</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Prêmios a receber (pagar)</u>
Posição vendida-Opções de compra	43.400	(32.852)
Posição vendida-Opções de venda	183.000	(63.108)
Total	<u>226.400</u>	<u>(95.960)</u>

Operações a termo

Vendas a termo a receber	44.271
Obrigações por venda a termo a entregar	<u>(44.249)</u>
Total	<u>22</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – Swap, Ndf e Opções

Curto prazo	232.084
Longo prazo	<u>360.616</u>
Saldo registrado no ativo:	<u>592.700</u>
Curto prazo	(363.934)
Longo prazo	<u>(193.363)</u>
Saldo registrado no passivo:	<u>(557.297)</u>
Diferencial líquido a pagar	<u>35.403</u>

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	11.054.494	(182.493)
DI	7.160.182	(1.325)
Dólar	3.652.039	40.925
Índices	29.017	393
Total	<u>21.895.732</u>	<u>(142.500)</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA.

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 1.552.445.

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

	Valores referenciais					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	946.239	370.747	2.134.227	277.162	-	3.728.375
NDFs	1.237.119	4.669.434	1.248.836	11.715	-	7.167.104
Futuros	5.709.309	13.169.378	2.409.266	420.475	187.304	21.895.732
Operações a Termo	44.249	-	-	-	-	44.249
Opções	298.905	-	124.400	-	-	423.305
Total	<u>8.235.821</u>	<u>18.209.559</u>	<u>5.916.729</u>	<u>709.352</u>	<u>187.304</u>	<u>33.258.765</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, os seguintes resultados:

	2014	2013
NDF	(144.720)	128.360
"Swap"	33.326	(3.664)
Mercado futuro	(58.424)	(282.632)
Opções	540.466	366.212
Total	<u>370.648</u>	<u>208.276</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

"Hedge" de fluxo de caixa

	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(1.097.284)	-
DDI	1.096.370	(935.360)
DI	-	929.561
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		9.542
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (40%)		(3.817)

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

Operação:

Outros

3

Total

3

Passivo – Outras obrigações

Operação:

Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)

142.500

Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio

113

Outros

3.538

Total

146.151

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

Empréstimos e títulos descontados	1.097.302	1.224.920
Financiamentos	878.738	983.118
Total das operações de crédito	<u>1.976.040</u>	<u>2.208.038</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	614.124	81.828
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	9.065	779
Outros créditos – títulos e créditos a receber	4.055	4.219
Total de outros créditos	<u>627.244</u>	<u>86.826</u>
Total de operações de arrendamento mercantil	<u>638.877</u>	<u>495.118</u>
Total do risco da carteira	<u>3.242.161</u>	<u>2.789.982</u>

b) Diversificação por atividade:

Setor privado:

Indústria	749.913
Comércio	200.793
Instituições financeiras	38.010
Pessoas físicas	1.833.336
Prestação de serviços	22.103
Outros serviços	342.456

Setor público

Governo federal	55.550
Total	<u>3.242.161</u>

c) Vencimento:

	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Prazo:		
Vencidas	96.537	2,98
A vencer até 3 meses	886.311	27,34
A vencer de 3 a 12 meses	1.051.862	32,44
A vencer de 1 a 3 anos	972.224	29,99
A vencer de 3 a 5 anos	207.750	6,41
A vencer de 5 a 15 anos	27.477	0,85
Total	<u>3.242.161</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	125.845	3,88
10 seguintes maiores devedores	656.544	20,25
20 seguintes maiores devedores	320.392	9,88
50 seguintes maiores devedores	210.695	6,50
100 seguintes maiores devedores	77.210	2,38
Demais devedores	<u>1.851.475</u>	<u>57,11</u>
Total	<u>3.242.161</u>	<u>100,00</u>

e) Nível de risco:

Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	1.122.020	240	1.122.260
A	0,50%	1.606.579	1.290	1.607.869
B	1,00%	237.820	8.000	245.820
C	3,00%	56.724	6.442	63.166
D	10,00%	27.510	3.517	31.027
E	30,00%	19.840	4.661	24.501
F	50,00%	10.097	4.311	14.408
G	70,00%	8.439	5.547	13.986
H	100,00%	61.939	57.185	119.124
		<u>3.150.968</u>	<u>91.193</u>	<u>3.242.161</u>

f) Provisão por nível de risco:

Nível	Total	Provisão
AA	1.122.260	-
A	1.607.869	8.040
B	245.820	2.459
C	63.166	1.895
D	31.027	3.103
E	24.501	7.350
F	14.408	7.204
G	13.986	9.791
H	119.124	119.124
Provisão mínima	<u>3.242.161</u>	<u>158.965</u>
Provisão adicional (*)		<u>6.576</u>
Total		<u>165.541</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2014, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa adicionais aos requerimentos mínimos da Resolução BACEN nº 2682, na controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R\$ 6.576, considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e recuperações).

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

Arrendamentos a receber - setor privado	626.305
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(620.805)
Arrendamentos a receber - setor público	55.951
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(55.149)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	611.752
Superveniência de depreciação	72.518
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas	8.669
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c)	(79.773)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>619.468</u>

Arrendamento operacional:

Arrendamentos a receber - setor privado	19.409
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(19.409)
Total	<u>-</u>

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	
Máquinas e equipamentos	14,29%	557.315
Móveis e utensílios	14,29%	250
Equipamentos de informática	28,57%	362.320
Veículos e afins	28,57%	88.196
Aeronaves	28,57%	112.780
Superveniência de depreciação		72.518
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		8.669
Depreciação acumulada		<u>(509.110)</u>
Total		<u>692.938</u>

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	
Equipamentos de informática	28,57%	35.061
Depreciação acumulada		<u>(14.091)</u>
Total		<u>20.970</u>

c) Bens Arrendados – Total:

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	
Máquinas e equipamentos	14,29%	557.315
Móveis e utensílios	14,29%	250
Equipamentos de informática	28,57%	397.381
Veículos e afins	28,57%	88.196
Aeronaves	28,57%	112.780
Superveniência de depreciação		72.518
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		8.669
Depreciação acumulada		<u>(523.201)</u>
Total		<u>713.908</u>

(*) nota explicativa nº 3 f

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Saldo inicial	222.749
Constituição	126.660
Baixas	<u>(183.868)</u>
Saldo final	<u><u>165.541</u></u>
Curto prazo	130.563
Longo prazo	34.978

No consolidado, durante o ano findo em 31 de dezembro de 2014, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 63.994. Houve, no ano findo em 31 de Dezembro de 2014 baixa de créditos para prejuízo no valor de R\$ 273. No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 13.188.

12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

Ativo:	
Câmbio comprado a liquidar	6.499.769
Direitos sobre venda de câmbio	5.408.868
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	<u>9.065</u>
Total	<u><u>11.917.702</u></u>
Curto prazo	8.738.643
Longo prazo	<u>3.179.059</u>
Total	<u><u>11.917.702</u></u>
Passivo:	
Câmbio vendido a liquidar	5.898.545
Obrigações por compra de câmbio	6.146.810
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	<u>(614.124)</u>
Total	<u><u>11.431.231</u></u>
Curto prazo	8.207.159
Longo prazo	<u>3.224.072</u>
Total	<u><u>11.431.231</u></u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

Adiantamentos e antecipações salariais	450
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	71
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social	2.964
Devedores por depósitos em garantia (*)	223.409
Devedores por depósitos em garantia-outras	49
Impostos e contribuições a compensar	46.988
Títulos e créditos a receber	4.055
Contratos a implantar	187
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 22)	3
Devedores diversos no exterior (**)	7.436
Devedores diversos no País	3.671
Outros	4.133
Total	<u>293.416</u>
Curto prazo	54.725
Longo prazo	<u>238.691</u>
Total	<u>293.416</u>

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 45.410 em 31 de dezembro de 2014, a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.531, a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 85.533, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribuição social correspondentes às diferenças de correção monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 8.158 em 31 de dezembro de 2014, processos trabalhistas, no montante de R\$ 32.273, e desmutualização da BM&FBOVESPA R\$ 8.795.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 22).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	62.901
Impostos e contribuições a recolher	5.741
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21 d)	34.072
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i)	235.893
Outros	10
Total	<u>339.175</u>
Curto prazo	71.911
Longo prazo	<u>267.264</u>
Total	<u>339.175</u>

c) Outras obrigações - diversas:

Cheques administrativos	56
Obrigações com cessionários	72
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	68.855
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	14.694
Provisão com despesas de pessoal	20.074
Provisão para despesas de publicação	180
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	40.015
Provisão para pagamentos a fornecedores	10.105
Provisão para despesas de advogados	316
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	75
Recebimentos a processar	7.026
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	79.773
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 22 a)	232
Credores diversos - exterior	1.037
Provisão para despesas de auditoria	489
Provisão para perdas (b)	25.757
Valores a repassar - prêmio de seguro	1.284
Fundo garantidor de crédito	35
Taxa de administração de fundo	15
Outras	1.065
Total	<u>284.262</u>
Curto prazo	104.079
Longo prazo	180.183
Total	<u>284.262</u>

(a) Refere-se, principalmente, ao pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, na controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, no montante de R\$ 36.475.

(b) Refere-se à provisão complementar na coligada Banco Pecúnia S.A., para cobrir eventuais perdas na venda de ativos decorrentes de ofertas recebidas.

14. DESPESAS ANTECIPADAS

Fianças	197
Vale transporte	33
Assistência médica e odontológica	186
Despesas com encargos contratuais	307
Comissões (*)	43.207
Empréstimos no País	239
Empréstimos no exterior	369
Outras	413
Total	<u>44.951</u>
Curto prazo	23.867
Longo prazo	21.084
Total	<u>44.951</u>

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2014</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 b)	235.893
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	68.855
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	14.694
Total	<u>319.442</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2014

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	216.723	59.482	22.353	298.558
Constituição (*)	38.359	29.865	1.747	69.971
Baixas	-	-	(507)	(507)
Reversão (**)	(26.470)	(20.954)	(8.915)	(56.339)
Atualização (*)	7.281	462	16	7.759
Saldo final	235.893	68.855	14.694	319.442

Devedores por depósitos em garantia

196.018	18.338	9.052	223.408
---------	--------	-------	---------

(*) Nota explicativa nº 24. Em riscos fiscais, a constituição de novos principais no valor de R\$ 17.764 no Banco refere-se, basicamente, ao processo que discute o alargamento de bases das contribuições para o PIS e COFINS.

Para riscos trabalhistas, houve constituição de provisão de R\$ 10.255 no Banco e de R\$ 28.820 constituída pela controlada Banco Cacique S.A.

(**) Nota explicativa nº 23. A reversão em riscos fiscais no valor de R\$ 26.470 no Banco reflete a decisões favoráveis nos processos que discutiam a cobrança administrativa para o FINSOCIAL em 1991 e 1992 e a Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente à correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91.

Em riscos trabalhistas, o consolidado refere-se majoritariamente à reversão de R\$ 17.201 efetuada pela controlada Banco Cacique S.A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2014

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	191.911	191.911	68.855	68.855	13.773	13.773
Perdas possíveis (b)	318.705	43.982	317.341	-	61.755	921
Perdas remotas	51.652	-	-	-	16.243	-
Total	562.268	235.893	386.196	68.855	91.771	14.694

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente a correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91 – em 30 de setembro de 2014 foi realizada a reversão da provisão no total de R\$ 15.625 (R\$ 15.482 em 2013), em razão da consolidação do débito nos termos da Lei 11.941/2009 (“Refis”) e conseqüente pagamento do valor devido à União por meio de conversão em renda do depósito judicial;
- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 6.397 no Banco e Consolidado;
- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 3.724 no Banco e Consolidado;
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 84.959 no Banco e no Consolidado R\$ 85.123;
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 46.913 no Consolidado;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2014, totalizou R\$ 38.679 no Banco.

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 30.066 no Banco e Consolidado;
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente ao ano 2008 – em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 39.225 no Consolidado;
- Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais fora previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2014 totalizou no Banco R\$ 9.607 e no Consolidado R\$ 31.256;
- Auto de infração recebido em outubro de 2013 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal totalizou R\$ 60.012 no Banco e Consolidado.

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.	Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.	Total
Informações das controladas:					
Capital social	18.045	100	7.133	231	
Quantidade de cotas	22.815	1.000	2.038.000	300	
Cotas	-	-	-	300	
Participações - %	99,9960%	0,1000%	100%	0,1000%	
Patrimônio líquido	7.270	3.463	3.944	650	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.419)	(1.230)	3.895	1	
Movimentação dos investimentos:					
Saldos em 31 de dezembro	21.003	4	49	5	21.061
Resultado de equivalência patrimonial	(9.419)	(1)	3.895		(5.525)
Saldos em 31 de dezembro	<u>11.584</u>	<u>3</u>	<u>3.944</u>	<u>5</u>	<u>15.536</u>

17. DEPÓSITOS

	<u>Depósitos à vista</u>	<u>Depósitos a prazo</u>	<u>Total</u>
Sem vencimento	15.254	-	15.254
Até 3 meses	-	214.810	214.810
De 3 meses a 1 ano	-	15.184	15.184
De 1 a 3 anos	-	65.977	65.977
Total	<u>15.254</u>	<u>295.971</u>	<u>311.225</u>

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Empréstimos:

Obrigações por empréstimos no País	16.673
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	707.061
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.262.514
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	<u>1.368.070</u>
Subtotal	<u>4.354.318</u>

Repases do País

Finame	<u>17.471</u>
Total	<u>4.371.789</u>

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2015 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 0,66% ao ano.

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com vencimentos até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2019, sujeitos à variação cambial e a juros de até 4,41% ao ano.

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 25.771.

19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Comissão de empréstimos (*)	19.233
Descontos obtidos a diferir (**)	13.320
Comissão de operação em moeda estrangeira	<u>48</u>
Total	<u><u>32.601</u></u>

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

(**) Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.374.923 estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

Ações ordinárias	408.392
Ações preferenciais	<u>408.392</u>
Total	<u><u>816.784</u></u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014:

	Consolidado	
	Imposto de	Contribuição
	2014	2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	12.376	12.376
Alíquota vigente	25%	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(3.094)	(1.856)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:		
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.381)	(829)
-Reversão (Amortização) de ágio não dedutível	940	564
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(254)	(152)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(6.361)	(3.817)
-Despesas com fraudes	(23)	(14)
-Incentivo fiscal	(64)	(39)
-Descontos concedidos	(1.671)	(1.002)
-Despesas com cessão em operações de crédito	46	27
-Outras despesas não dedutíveis	(7.334)	(4.670)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:		
Diferenças temporárias (a)	-	-
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(5.227)	(3.138)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(42.888)	(25.733)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(16)	(10)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	14.019	8.411
-Provisão para publicação de balanço	8	5
-Amortização de ágio	14.346	8.608
-Provisão para realização de ativos	-	-
-Perda de crédito Art. 340 RIR	-	-
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	36	22
-Honorários advocatícios	(70)	(42)
-Outras diferenças temporárias	5.927	356
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	16.420	9.852
prejuízo fiscal e base negativa apurados no exercício	(21.518)	(11.954)
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	(38.158)	(25.411)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	37.636	25.783
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(898)	(545)
Total de imposto de renda e contribuição social	(1.420)	(173)

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 772.358 e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 728.228, sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) diferidos no montante de R\$ 589.462 e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	<u>2014</u>
Diferenças temporárias:	<u>7.408</u>
Provisão para riscos	1.252
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	6.101
Outras	<u>55</u>
Total	<u>7.408</u>
Alíquota de imposto de renda	<u>25%</u>
Crédito tributário constituído	<u><u>1.852</u></u>

Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)

Diferenças temporárias:	<u>7.408</u>
Provisão para riscos	1.252
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	6.101
Outras	<u>55</u>
Total	<u>7.408</u>
Alíquota de contribuição social	<u>15%</u>
Crédito tributário constituído	<u><u>1.111</u></u>

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)	<u>2.964</u>
---	--------------

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	<u>2014</u>
Saldo inicial	7.869
Adições	60
Baixas	<u>(4.996)</u>
Saldo final	<u><u>2.964</u></u>

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	<u>2014</u>
Saldo inicial	93.016
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	2
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	3.258
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(67.526)
Reserva de reavaliação	(13)
Realização de superveniência de depreciação	5.335
Saldo final (*)	<u>34.072</u>

(*) Nota explicativa nº 13 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	<u>Valor contábil</u> <u>Imposto de renda e</u> <u>contribuição social sobre</u> <u>diferenças temporárias</u>
<u>Ano</u>	<u>2014</u>
2015	2.463
2016	-
2017	501
Total	<u>2.964</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 2.693 em 31 de dezembro de 2014.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	<u>Ativo (Passivo)</u>	<u>Receita (Despesa)</u>
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.		
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	20
Depósitos à vista	(4)	-
Depósitos a prazo	(471)	(49)
Société Générale - Nova York		
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	29	19
Obrigações em moeda estrangeira	(826.354)	(2.862)
Société Générale - Paris		
Aplicações em moeda estrangeira	-	(98.342)
Devedores diversos no exterior (*)	7.436	7.084
Credores diversos no exterior (**)	(232)	(255)
Outras obrigações - diversas	-	3.135
Obrigações por empréstimos do exterior	(3.178.079)	(62.730)
Société Générale - Canadá:		
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(815)
Sogener Administração e Serviços Ltda.		
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	1	9
Depósitos à vista	(10)	-
Depósitos a prazo	(2.094)	(108)
Ald Automotive Ltda.		
Depósitos à vista	(8)	-
Depósitos a prazo	(13.130)	(1.867)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	(46.186)	(25.556)
Resumo por conta:		
Aplicações em moeda estrangeira	-	(98.342)
Credores diversos no exterior (**)	(232)	(255)
Depósitos a prazo	(15.695)	(2.024)
Depósitos à vista	(22)	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	29	19
Devedores diversos no exterior (*)	7.436	7.084
Obrigações em moeda estrangeira	(826.354)	(2.862)
Obrigações por empréstimos do exterior	(3.178.079)	(63.545)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	(46.186)	(25.556)
Outras obrigações - diversas	-	3.135
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	3	29
Total	(4.059.100)	(182.317)

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Proventos	10.355
Contribuição ao INSS	<u>1.797</u>
Total	<u><u>12.152</u></u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>Ações</u> <u>ordinárias</u>	<u>Ações</u> <u>preferenciais</u>
Société Générale- Paris	<u>408.392</u>	<u>408.392</u>
Total de ações	<u><u>408.392</u></u>	<u><u>408.392</u></u>

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas de água, energia e gás	644
Despesas de material	458
Despesas de serviços técnicos especializados	5.257
Despesas de processamento de dados	38.677
Despesas de serviços do sistema financeiro	18.199
Despesas de aluguéis	8.263
Despesas de serviços de terceiros	9.317
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.320
Despesas de comunicações	7.160
Despesas de contribuições filantrópicas	919
Despesas de serviços de vigilância e segurança	101
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	3.863
Despesas de arrendamento	327
Despesas de seguros	762
Despesas com entidades de classe	71
Despesas de propaganda e publicidade	17.079
Despesas de publicações	217
Despesas de transportes	2.669
Despesas de promoções e relações públicas	791
Despesas de viagem	2.595
Despesas de depreciação e amortização	6.881
Despesas com serviços de consultoria e assessoria	68.448
Despesas com auditoria	1.488
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	292
Despesas de serviços de promoção de vendas	50.450
Despesas de serviços de cobrança	30.655
Despesas de serviços administrativos prestados	252
Despesas de serviços de assessoria jurídica	8.359
Despesas com garantia fiscal	91
Despesas de estrutura compartilhada	7.255
Outras	10.003
Total	<u>302.862</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Recuperação de encargos e despesas	4.972
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	26.470
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	20.954
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	8.915
Atualização de créditos tributários	914
Atualização de depósitos judiciais	7.030
Atualização de depósitos trabalhistas	64
Juros e multas	751
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	162
Reversão de provisão de auditoria externa	155
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	500
Descontos obtidos	25
Variação monetária	8.080
Reversão de provisão de despesas de advogados	34
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	4.458
Reversão de provisão de desmantelamento de lojas	3.865
Outras	6.430
Total	<u>93.779</u>

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Prestação de serviços no exterior	44
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	38.359
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	7.281
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	29.865
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	462
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	1.747
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	16
Provisão para pagamento de gratificação	242
Provisão para despesas com publicação	48
Despesas com fraudes	864
Despesas com prêmios de campanha em bens	1.940
Despesas com indenizações cíveis	3.314
Descontos concedidos	29.194
CPMF e IOC bancado sobre operações	6
Variação monetária	483
Despesa com provisão de desmantelamento de lojas	68
Despesa com provisão para perdas	25.757
Outras	3.595
Total	<u>143.285</u>

26. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA;
- Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Apuração dos limites de Basileia – Consolidado

Apuração dos limites de Basileia II

Rubrica

	<u>Sigla</u>	<u>Cálculo pelo critério atual (Basileia II)</u> <u>2014</u>
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.018.898
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	656.169
Parcela do Risco das Posições “Banking Book”	RBAN	30.795
Valor da margem		<u>331.934</u>

Parcelas que compõem o PRE

<u>Parcela</u>	<u>2014</u>	
	<u>Totais</u>	<u>% de consumo do PR</u>
RWACPAD	496.144	49%
RWACAM	3.741	0%
RWAJUR1	19.475	2%
RWAJUR2	66.125	6%
RWAJUR3	213	0%
RWAJUR4	-	0%
PCOM	-	0%
PACS	6.604	1%
RWAOPAD	63.867	6%
Adicional BCB	-	0%

Extrapolação

	<u>2014</u>
Índice exigido - BACEN	11%
Índice simples alcançado	17,08%
Índice ampliado alcançado	16,32%

27. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

<u>Processo</u>	<u>Valor contábil da provisão 2014</u>
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária de Balanço (*)	-
IRRF sobre cota de fundo ao portador	485
CSLL	1.058
Total	<u>1.543</u>

(*)Nota explicativa nº 15 iii a – registrado no grupo fiscais e previdenciárias

No momento da consolidação do débito, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação da Secretaria da Receita Federal.

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2014 e outorgados a partir de 1  de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações.

I - Plano de ações diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco.

A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicar  caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar

entre a 4ª e 6ª. serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada.

II - Plano de ações livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas.

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado    permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking).

III - Fidelity Bonus Scheme

O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado.

O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu semestre.

A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentar   o valor final a ser pago aos funcionários.

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e, passivo na rubrica "Outras Obrigações Diversas":

Plano de ações livres (*)	3.559
Plano de ações diferidas (*)	560
Fidelity Bonus Scheme (**)	134
Total	<u>4.253</u>

Saldo no início do exercício	3.081
Constituição	1.463
Canceladas	(208)
Exercidas	(83)
Saldo no fim do exercício	<u>4.253</u>

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Em 31 de dezembro de 2014, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R\$ 688.256.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as cessões de crédito com coobrigação com outras instituições financeiras, montam R\$ 5.127.

Os contratos objeto das cessões referem-se a crédito pessoal consignado - INSS e a financiamento de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 31 de dezembro de 2014 pela taxa dos contratos é de R\$ 5.127 e a taxa média dessas cessões foi de 14,111% ao ano e 1,1061% ao mês para o crédito pessoal consignado – INSS e de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês para o financiamento de veículos. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante R\$ 75.

c) Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 661 e pelos funcionários R\$ 717.

d) Medida Provisória nº 627 convertida na Lei

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ e CSLL.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

O Banco concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e não optou pela antecipação de seus efeitos, que foi manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto de 2014 conforme determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 convertida na Lei nº 12.973 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Banco.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de Janeiro de 2015 o Conselho de Administração do Banco Cacique S.A., e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Sociétés Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas.

Em 03 de Fevereiro de 2015 a Administração do Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A. anunciou aos seus colaboradores o encerramento de suas operações.

Em 20 de março de 2015 o Banco Societe Generale foi chamado a honrar uma garantia no valor de R\$ 153.513 a qual foi contabilizada como um crédito a receber por avais e fianças honrados junto ao cliente para o qual a garantia havia sido concedida, conforme definido no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. De acordo com os critérios de classificação e constituição de provisão da Resolução 2.682 do Banco Central, a Administração do Banco procedeu com o registro de uma provisão para crédito de liquidação duvidosa de 70% do valor honrado, considerando a classificação de risco do devedor.
